

# Desigualdade, território e educação: estratificação geoeeducacional no interior de Minas Gerais – Brasil



**Vanessa Castro**

vadecastro@hotmail.com

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Cidade de Araçuaí, Minas Gerais, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8281-4491>

**Lavoratorio**

## Resumo

Analisa-se a estratificação geoeeducacional no interior de Minas Gerais (Brasil), em especial no Vale do Jequitinhonha. Objetiva-se refletir sobre a democratização do acesso à educação, dada a histórica desigualdade geoeconômica que caracteriza o Brasil e se reflete em Minas Gerais, sobretudo no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais vulneráveis do estado. São analisados dados do Censo Escolar entre 2017 e 2021, bem como dados da Plataforma Nilo Peçanha. Conclui-se que a democratização de oportunidades educacionais, que havia sinalizado avanços no início do século, demonstra relativa estagnação nos últimos cinco anos, com decréscimo de matrículas em todos os níveis da educação básica, ao contrário do que é proposto nas metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Palavras-chave: educação, território, desigualdades, Vale do Jequitinhonha

DESIGUALDAD, TERRITORIO Y EDUCACIÓN: ESTRATIFICACIÓN GEOEDUCATIVA DENTRO MINAS GERAIS - BRASIL

## Resumen

Se analiza la estratificación geoeeducativa en el interior de Minas Gerais (Bra-

sil), especialmente en el Vale do Jequitinhonha. El objetivo es reflexionar sobre la democratización del acceso a la educación, dada la histórica desigualdad geoeconómica que caracteriza a Brasil y se refleja en Minas Gerais, en particular en el Vale do Jequitinhonha, una de las regiones más vulnerables del estado. Se analizan datos del Censo Escolar entre 2017 y 2021, así como datos de la Plataforma Nilo Peçanha. Se concluye que la democratización de las oportunidades educativas, que había señalado avances a principios del siglo, muestra un relativo estancamiento en los últimos cinco años, con una disminución de la matrícula en todos los niveles de la educación básica, contrario a lo que se propone en las metas del Plan Nacional de Educación (2014-2024).

Palabras clave: educación, território, desigualdades , Vale do Jequitinhonha

#### INEQUALITY, TERRITORY AND EDUCATION: GEOGRAPHICAL AND EDUCATIONAL STRATIFICATION IN THE COUNTRYSIDE OF MINAS GERAIS – BRAZIL

##### **Abstract**

Geographical and educational stratification that takes place in the countryside of Minas Gerais (Brazil) is examined, particularly in Vale do Jequitinhonha. The aim is to propose a reflection on the democratization of access to education, considering historical geoeconomic inequalities typical of Brazil and also seen in Minas Gerais, mainly in Vale do Jequitinhonha, which is one of the most vulnerable regions in the state. Data collected both through Nilo Peçanha Platform and School Census from 2017 to 2021 are analyzed. The result indicated that democratization of educational opportunities, despite some advances achieved at the beginning of the century, shows relative stagnation over the last five years, with a decline in school enrollments at all levels of basic education, contrary to the objectives defined at the National Education Plan (2014-2024).

Keywords: education, territory, inequalities , Vale do Jequitinhonha.

Recebido: 15 de junio de 2022

Aceito: 16 de septiembre de 2022

## Introdução

A democratização de oportunidades educacionais é um importante instrumento de mitigação das desigualdades sociais. Todavia, no Brasil, tais oportunidades foram historicamente distribuídas de forma desigual no território, fato que também pode ser observado em Minas Gerais, um dos maiores e mais desiguais estados do país. Assim, este artigo trata da estratificação geo-educacional no interior de Minas Gerais, em especial no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais vulneráveis do estado, penalizada pela expropriação da terra, exploração do trabalho e dos recursos naturais, pela extrema pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano, que culminaram no rótulo de “Vale da Miséria”. Diante disso, este artigo analisa as matrículas na educação básica no município de Araçuaí, no Médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, considerando os últimos cinco anos, isto é, de 2017 a 2021.

O Estado de Minas Gerais compreende 853 municípios, que apresentam grandes diferenças em seus indicadores educacionais. Existem municípios com baixo número de concluintes da educação básica e do ensino superior; e municípios com percentuais que superam a média estadual e nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. A mesorregião do Jequitinhonha (que abrange o Alto, o Médio e o Baixo Jequitinhonha), conta com 51 municípios. O Vale do Jequitinhonha é a segunda mesorregião do Estado com maior número de Comunidades Quilombolas, contando também com a presença de povos indígenas Maxakali, Pataxó, Pankararu e Aranãs (Pierucci, 2018). Por um lado, o Vale do Jequitinhonha apresenta fortes elementos culturais, visíveis no artesanato, na música, na dança, na religiosidade, na culinária e nas diversas tradições regionais. Por outro lado, é um território marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas. Nas últimas décadas, a monocultura de eucalipto, a instalação de barragens, a mineração e outros investimentos econômicos predatórios, foram incentivados com o discurso de potencializar o desenvolvimento regional, porém, tendo como consequências severas mazelas socioambientais (Oliveira Filho, 2021).

Em relação aos discursos sobre o desenvolvimento, conforme Bernasconi, Golovanevsky e Romero (2019), torna-se importante destacar que este deve ser visto como um fenômeno multidimensional e não meramente reduzido ao plano econômico. O desenvolvimento entendido de maneira multidimensional possibilita que cada sociedade construa suas próprias maneiras de implementá-lo, considerando suas especificidades históricas, sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, somente uma visão decolonial permitirá uma reflexão realista sobre a questão do desenvolvimento com igualdade, sobretudo

na América Latina. Bernasconi, Golovanevsky e Romero (2019) defendem que o projeto de desenvolvimento deve ser compatível com a tradição das comunidades, com respeito à natureza, sendo orientado para o bem-estar da humanidade sob a premissa do equilíbrio ecológico e social.

A região do Médio Jequitinhonha é composta por 19 municípios, sendo eles: Araçuaí, Águas Vermelhas, Angelândia, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. Araçuaí é a maior cidade do Médio Jequitinhonha, operando como polo educacional, econômico e político, atendendo a uma microrregião em uma série de serviços, como saúde, educação e outros. O município de Araçuaí está situado há 678 km da capital do Estado e apresenta clima semiárido ao úmido. Sua população, segundo o último Censo do IBGE (2010), corresponde aproximadamente 36.705 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 era de 0,663, sendo considerado um avanço se comparado aos baixos índices ao final dos anos 1990 (0,338).

Para analisar a democratização do acesso à educação na região são analisados, além de referências bibliográficas e estudos empíricos secundários, os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2017 a 2021. O Censo Escolar da Educação Básica é um levantamento estatístico anual coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, em escolas públicas e privadas de todo o país. O Censo Escolar reúne dados estatísticos sobre as condições de oferta da educação básica, incluindo todas as etapas e modalidades deste nível de ensino, sobre os alunos, as turmas, os professores, os gestores e as escolas. Também são analisados os dados da Plataforma Nilo Peçanha, referentes ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Araçuaí, para o período referido. A Plataforma Nilo Peçanha, criada em 2017, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, destina-se à coleta anual de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O recorte temporal adotado (2017-2021) considerou o contexto de aprofundamento das crises políticas, econômicas e sanitárias que se instalaram no país entre os anos mencionados, com consequências perversas para a sociedade brasileira. Destaca-se o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, posteriormente absolvida em 2021 dos crimes de responsabilidade fiscal imputados a ela enquanto justificativa para o impeachment (Santos, Baccega e Mateus, 2021). Em 2016 assumiu o então vice-presidente Michel Temer, que pautou agendas antissociais, como a Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017, que extinguiu direitos duramente conquistados pela classe

trabalhadora ao longo do século XX. A Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que congelou o teto de gastos públicos por vinte anos. A Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017, que precarizou esta etapa de ensino (Ferreti, 2018). Temer ficou na presidência da república entre 2016 e 2018. Em 2019 Michel Temer foi preso acusado de participação em crimes de corrupção.

Em 2018 foi eleito para a presidência da república Jair Bolsonaro, então candidato de extrema direita, advogando uma agenda conservadora, autocrática e retroativa. Acirraram-se crises políticas e econômicas, a disseminação de notícias falsas (fakenews) cresceu exponencialmente, a inflação elevou-se junto do desemprego. O Governo de Jair Bolsonaro é marcado por uma agenda contra a diversidade e o pensamento divergente, o negacionismo da ciência, o fundamentalismo religioso, político e de mercado (Frigotto, 2021). Observamos a militarização das escolas, por meio do Decreto nº 10.004 de 05 de Setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. A intervenção na autonomia universitária e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através do Decreto nº 9.794 de 14 de Maio de 2019. A imposição de bloqueio orçamentário ao Ministério da Educação, com o Decreto nº 11.154 de 29 de Julho de 2022. Cenário agravado pela crise sanitária advinda com a pandemia de Covid-19 que, além de ceifar milhões de vidas, acirrou as desigualdades ao redor do mundo. Nesse contexto de crises políticas, econômicas e sanitárias, este trabalho se propõe a refletir sobre a situação da educação básica no interior do Brasil, especificamente no Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais.

## **Desigualdade, território e educação**

Ao longo do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial, a educação assumiu grande importância na política econômica de vários países em desenvolvimento, enquanto um canal de promoção de crescimento econômico, redução das desigualdades e justiça social. Nesse período, a escolarização tornou-se indispensável ao processo de construção e reconstrução de sociedades que se pretendiam modernas e democráticas. De um lado, as políticas de desenvolvimento econômico colocaram no topo da agenda a demanda por mão de obra qualificada, requerida pela rapidez dos avanços tecnológicos e pelas mudanças na estrutura ocupacional, exigindo a formação de mão de obra especializada. Por outro lado, acreditava-se que a educação seria um instrumento promotor de justiça social e equalização das oportunidades. Nesse contexto, a expansão do sistema educacional foi resultado inevitável das

transformações sociais, econômicas e culturais das sociedades. Parte desse otimismo sobre os benefícios da educação deveu-se à ampla divulgação das Teorias do Capital Humano, que ganharam notoriedade em meados dos anos 1950, ao defenderem as potencialidades dos investimentos e retornos, pessoais e sociais, da educação. Sob essa ótica, os investimentos pessoais em educação potencializariam as chances dos indivíduos na competição no mercado de trabalho, na colocação em ocupações de maior prestígio e na obtenção de melhores salários. Assim, os indivíduos se tornariam mais produtivos e a sociedade como um todo sairia ganhando (Halsey et. al. 1961; Nogueira, 1990; Halsey et. al., 1997).

Todavia, entre os anos de 1950 e 1960, uma série de relatórios estatísticos, empreendidos em países como Estados Unidos, França, Inglaterra, dentre outros, financiados pelo poder público, buscava investigar e conhecer melhor o funcionamento dos sistemas de ensino. Dentre esses relatórios, destaca-se o famoso Relatório Coleman (1966), nos Estados Unidos, o qual obteve grande repercussão internacional. O Relatório Coleman foi baseado em testes e questionários aplicados a alunos, professores e diretores, a partir de uma amostra nacional de escolas. Os dados sobre os estudantes incluíam idade, sexo, cor, identidade étnica, nível socioeconômico, atitudes em relação à aprendizagem e objetivos de carreira. Os resultados apontaram o peso das origens sociais dos alunos em sua trajetória escolar, concluindo que as diferenças sociais, econômicas e culturais são convertidas em diferenças de desempenho, interferindo negativamente na trajetória escolar dos jovens.

Frente a esse quadro, no início dos anos 1970, a questão das desigualdades de oportunidades escolares entre os grupos sociais passava a ser o centro das atenções da Sociologia da Educação. Os relatórios estatísticos constataavam que a educação não havia resolvido o problema das desigualdades de oportunidades, enraizadas na estrutura social. Tornava-se necessário compreender a complexa relação entre o sistema educacional e as outras instituições sociais, bem como interpretar os fracassos dos ideais liberais de igualdade de oportunidades, entrando em cena o paradigma da reprodução, em que a escola é analisada tanto como um elemento crucial na reprodução da divisão do trabalho, sendo um reflexo da hegemonia das classes dominantes (Bowles e Gintis, 1976; Althusser, 1985); quanto à reprodução cultural, em que o sistema de ensino é visto como um mecanismo de manutenção das desigualdades e legitimação das hierarquias e divisões sociais, além de um instrumento de imposição ideológica da cultura dominante (Bourdieu e Passeron, 1970). Sob essa ótica, a escola seria reprodutora das estruturas sociais, opondo-se às predições das Teorias do Capital Humano de que a escola realizaria a igualdade de oportunidades (Nogueira, 1990; Halsey et. al., 1997). Nesse contexto, com o intuito de compreender a produção das desigualdades educacionais, também passaram a ser investigados o “efeito escola”, o “efeito vizinhança” e outros

aspectos inerentes às desigualdades sociais e educacionais (Koslinski; Alves, 2012).

Posto isso, na contramão das sociedades economicamente avançadas, o Brasil somente experimentou um rápido processo de modernização na segunda metade do século XX, período caracterizado pela rápida transição estrutural da sociedade, que deixou de ser predominantemente rural, tornando-se uma sociedade urbana e industrializada (Hasenbalg e Silva, 2003). Segundo Hasenbalg e Silva (2003), na década de 1960, a população rural constituía 55,1% da população total; na década de 1970, constituía 44,1%; e na década de 1980, 32,4%. De acordo com os autores, a mola propulsora dessa transição foi o rápido crescimento econômico entre os anos de 1950 e 1990, apesar da crise econômica da década de 1980. Nesse período, dentre os países da América Latina, o Brasil teve o crescimento econômico mais rápido, mesmo com o ritmo acelerado de crescimento demográfico.

Com a difusão de novas formas capitalistas de produção e a rápida transformação das estruturas de emprego, houve a expansão dos extratos ocupacionais médios, decorrentes da ampliação das funções do Estado e o fortalecimento de grandes empresas públicas e privadas. Com isso, houve o aumento do número de pessoas em ocupações administrativas e técnico-científicas, configurando uma classe média urbana e assalariada. Além disso, grande parte da população ativa na agricultura se transferiu para setores mais produtivos (como a indústria), resultando, além do êxodo rural, em uma relativa mobilidade social ascendente para uma parcela desses indivíduos e suas famílias (Hasenbalg e Silva, 2003).

Contudo, conforme destaca Ribeiro (2003), entre as décadas de 1950 e 1970, o Brasil se desenvolveu e se industrializou rapidamente, porém, apenas entre 50% a 70% das crianças em idade escolar estavam matriculadas na educação básica. A situação do ensino médio era ainda pior, visto que apenas de 10% a 20% dos jovens com idade relevante estavam matriculados nessa etapa. Isso significa que a maioria das crianças e dos jovens do período da industrialização não teve oportunidades de estudos, conseqüentemente, aumentando suas chances de se tornarem trabalhadores não qualificados, com renda muito baixa. No contexto brasileiro, a forte expansão do sistema educacional é um fenômeno do final do século XX, isto é, intensifica-se principalmente a partir da década de 1990 (Hasenbalg e Silva, 2003).

Tavares Jr. (2003) destaca que, ao longo da segunda metade do século XX, o contexto socioeconômico brasileiro pode ser caracterizado por cinco momentos econômicos diferentes: o excepcional crescimento econômico durante a ditadura militar, conhecido como Milagre Econômico, entre os anos 1960 e 1970; a recessão econômica da década de 1980; a abertura econômica internacional do país nos anos 1990; o Plano Real nos anos 1990; sua crise ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Em suma, o final do século XX foi um

período de abertura econômica para mercados internacionais e de reestruturação produtiva, com a implantação de padrões mais modernos de produção, culminando em investimentos públicos em educação e qualificação, visando ao aumento da produtividade da população. Porém, também foi um período de flexibilização de leis trabalhistas, intensificação do desemprego estrutural e queda das médias salariais. Apesar dos avanços econômicos, sociais e políticos do período, como a diminuição do analfabetismo e a melhoria dos indicadores de saúde pública, o Brasil continuou sendo um país majoritariamente desigual (Tavares Jr., 2003).

Na primeira década do século XXI, a expansão educacional permanece evidente no Brasil, apesar das desigualdades sociais. Por meio dos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que, no ano 2000, por exemplo, dentre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, as quais correspondiam a 85.464.452 da população, no que tange ao nível educacional, 54.042.777 não possuíam nenhuma escolarização ou possuíam o ensino fundamental incompleto; 10.974.667 possuíam o ensino fundamental completo; 13.963.821 possuíam o ensino médio completo; 5.485.710 possuíam curso de nível superior. Já no Censo de 2010, considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade, as quais correspondiam 110.586.510 da população, no que tange ao nível educacional, 54.466.102 não possuíam escolarização ou possuíam o ensino fundamental incompleto; 16.204.250 possuíam o ensino fundamental completo; 27.156.814 possuíam o ensino médio completo; 12.462.017 possuíam curso de nível superior. Diante disso, nota-se que, na primeira década do século XXI, parte dos indivíduos com 25 anos ou mais de idade tornou-se mais escolarizada, no entanto, também permaneceu alta a quantidade de jovens nessa faixa etária sem nenhuma escolarização ou somente com o ensino fundamental incompleto.

De acordo com os Censos Escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), também é possível constatar a expansão educacional nas primeiras décadas do século XXI, apesar da manutenção das desigualdades de oportunidades educacionais. Em 2000, por exemplo, o número de matrículas no sistema de ensino totalizava: creche 916.864; pré-escola 4.421.332; ensino fundamental 35.717.948; ensino médio 8.192.948; ensino superior 2.694.245. Ainda de acordo com o Censo Escolar, em 2016, o número de matrículas na educação básica totalizava: creche 3.238.894; pré-escola 5.040.210; ensino fundamental 27.691.478; ensino médio 8.133.040; ensino superior 8.027.297. Nesse contexto, nota-se tanto um aumento do número de crianças matriculadas em creches e pré-escolas como uma diminuição do número de matrícula no ensino fundamental, que podem ser reflexo, dentre outras coisas, tanto do maior acesso das famílias à educação básica, bem como queda na taxa de fecundidade. Dada à expansão educacional, o dilema do século XXI tornou-se a própria qualidade da educação públi-

ca. Os avanços em termos de acesso e cobertura implicaram novas demandas de atendimento, relacionadas, principalmente, às condições de permanência dos alunos na escola, a possibilidade de uma aprendizagem mais significativa e o reconhecimento da variedade e quantidade mínima de insumos considerados indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, entrando em cena o problema da qualidade da educação (Dourado, 2009).

Diante disso, apesar do crescimento econômico, da urbanização e da expansão dos sistemas públicos de educação, verificou-se a persistência das desigualdades de oportunidades educacionais na sociedade brasileira, na cidade e no campo. Assim como nas sociedades consideradas modernas, o desenvolvimento econômico e social, bem como a seleção pelo mérito, isto é, a valorização de critérios meritocráticos como as credenciais educacionais na seleção individual para as melhores oportunidades em um contexto de industrialização e expansão educacional, não culminou na redução significativa das desigualdades, permanecendo fortes os efeitos da origem social sobre o destino escolar e profissional dos indivíduos (Tavares Jr., Feres e Freguglia, 2014; Neubert, 2014). Nessa direção, diversos pesquisadores seguiram investigando a estratificação educacional no país, buscando examinar a relação entre origem social e destino escolar.

Na primeira década do século XXI, usando como referências várias abordagens teóricas e modelos analíticos da literatura científica internacional, Montalvão (2011) investigou o processo de expansão escolar e estratificação educacional no Brasil, utilizando dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), ano 2001, 2004 e 2007, testando hipóteses relativas aos efeitos das origens sociais sobre as possibilidades de alcance educacional dos estudantes. Ao examinar os efeitos de variáveis como gênero, raça, educação do chefe da família, chefia feminina, renda familiar, número de filhos e região de residência, sobre as chances de se completar as transições educacionais, Montalvão (2011) conclui que, em geral, há um quadro de alta desigualdade nas chances de se completar as transições educacionais, tanto na rede pública quanto na rede privada: permanecem as desvantagens da população preta e parda no acesso e na longevidade escolar; entre jovens do sexo masculino; e entre os indivíduos que residem nas regiões norte e nordeste do país. Montalvão (2011) destaca que a expansão escolar no Brasil não resultou em maior igualdade educacional. Embora coortes venham sucessivamente avançando pequenos passos dentro da hierarquia educacional, um processo de permanente racionamento das credenciais educacionais mais altas restringe a quantidade de candidatos a essas credenciais, mantendo e legitimando as desigualdades no alcance escolar.

Na segunda década do século XXI, assistimos severos ataques à democracia, a redução dos investimentos públicos em educação e a intensificação das desigualdades sociais em todo o território nacional, afetando aqueles que estão

nas regiões centrais do país e, sobretudo, aqueles que residem no interior. A relação entre acesso à educação e território tem se consolidado como um dos temas de investigação na Sociologia da Educação brasileira, desde o processo de formação deste campo de conhecimento. Girotto e Oliveira (2021) realizaram uma interessante revisão das pesquisas que abordam a relação entre escola, desigualdade e território publicadas nos últimos dez anos no Brasil. No levantamento de trabalhos nacionais sobre o tema, Girotto e Oliveira (2021) destacam as pesquisas de Torres, Ferreira e Gomes (2005); Érnica e Batista (2012); Ribeiro e Kolinsky (2019); Costa e Kolinsky (2012); Kolinsky e Alves (2012); Ribeiro e Vóvio (2017), os quais têm como conceito norteador aquilo que denominam de “efeito território” (Girotto e Oliveira, 2021).

Segundo Girotto e Oliveira (2021), esses estudos, reconhecendo que as variáveis individuais “clássicas” da Sociologia, como renda, sexo, raça e escolaridade dos pais são explicativas para as desigualdades educacionais, questionam qual o impacto na escolaridade quando tais variáveis são somadas à localização residencial dos sujeitos. Essas pesquisas tomam por base a ideia “efeito de lugar” de Bourdieu (2008: 160), para o qual “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais”. Bourdieu (2008) argumenta sobre o “efeito de lugar”, em que os agentes sociais se apropriam de espaços físicos e simbólicos, reproduzindo suas características sociais, as quais variam em relação à maior ou menor posse de capital (econômico, cultural e social). Assim, os espaços são a expressão das hierarquias e das distâncias sociais presentes nas sociedades (Andrade; Silveira, 2014). A ideia de “efeito de lugar” associada às compreensões de território tem sido mobilizada para definir o impacto que o local de residência e as características sociais têm sobre as condições de vida e mobilidade social dos indivíduos e grupos. Desse modo, o “efeito do território” na educação permite identificar tendências explicativas sobre as desigualdades educacionais estarem acumuladas em lugares mais vulneráveis. Todavia, Girotto e Oliveira (2021) advertem o quão problemática é uma compreensão do conceito de território sem a prudência categorial e conceitual, no que diz respeito às diferentes interpretações que o mesmo pode assumir no interior de uma teoria do espaço.

### **Desigualdade e território: o Vale do Jequitinhonha**

De acordo com Silva (2015), autores como Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (1999), Milton Santos (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2008), Marcos Aurélio Saquet (2010), dentre outros, discutem o conceito de

território e, neste sentido, essa categoria não é concebida de forma consensual nas Ciências Sociais. De modo geral, o conceito de território é utilizado na Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia e pode ser entendido como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço (Silva, 2015). De acordo com Santos (1996), o espaço é dotado de forma e função social, correspondendo ao espaço do homem, do trabalho e da vida. O espaço é produzido através do resultado de relações sociais acumuladas através do tempo, sendo organizado econômica e politicamente, integrando no território os distintos momentos da produção, circulação, distribuição e consumo. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 1999).

O Vale do Jequitinhonha é um território que, desde meados do século XX, foi rotulado como o “Vale da Pobreza”, por apresentar um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano de Minas Gerais, tornando-se o foco de vários projetos e programas governamentais, com o intuito de elevar os indicadores sociais e econômicos da região. Todavia, muitos desses projetos e programas desconsideraram as especificidades históricas, culturais e sociais da região. Para além do “Vale da Pobreza”, a região também é conhecida por sua riqueza cultural, suas músicas, danças, artesanatos, culinária e outras tradições. É uma região povoada por agricultores familiares, que ainda mantém grande diversidade produtiva, tanto vegetal, quanto animal, além da atividade extrativista. O Vale do Jequitinhonha, semiárido mineiro, foi tradicionalmente ocupado por comunidades com produção agrícola intensa e diversa, porém, em nome do desenvolvimento, a implantação de atividades econômicas, como a concessão florestal para a produção de eucalipto e o incentivo à modernização da produção agrícola, excluiu as comunidades que tradicionalmente habitavam o território, beneficiando grandes empreendimentos econômicos (Ansani, 2016; Ribeiro et. al, 2007).

Ao longo do século XX e início do século XXI, diversos movimentos sociais têm lutado pelos direitos da população do Jequitinhonha. As lutas sociais no território contam o apoio da Comissão Pastoral da Terra, das Comunidades Eclesiais de Base, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha, da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, do Movimento Indígena, e outros, visando fortalecer a luta da população pelos direitos sociais e territoriais. Nesta direção, a Constituição Federal de 1988 garantiu as bases legais dessas lutas. Diante disso, nas últimas décadas, foram conquistadas a demarcação de terras, a titulação de comunidades tradicionais, políticas nacionais de agroecologia, programas de apoio

à produção familiar, programas direcionados à educação do campo, fruto do protagonismo de comunidades que lutam pelo direito à terra e o reconhecimento de seus modos tradicionais de vida. Dessas organizações se constituiu, por exemplo, o Fórum dos Movimentos Sociais do Vale do Jequitinhonha, com objetivo de fortalecer as lutas sociais na região (Ansani, 2016; Dayrell, 2011; Ribeiro et. al, 2007).

Dito isso, em relação aos indicadores sociais e econômicos do território, a redução das desigualdades regionais constitui um desafio importante. A economia da região foi positivamente afetada por programas como a Previdência Rural e a Bolsa Família, que tiveram impactos positivos na redução da pobreza extrema e no aumento da qualidade de vida. Apesar disso, segundo os dados da Fundação João Pinheiro, no que tange ao acesso e cobertura do sistema educacional, os municípios do Vale do Jequitinhonha ainda estão longe de cumprir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2024): há alta proporção de alunos que chegam ao 6º ano do fundamental sem saber ler e escrever; há um considerável percentual de professores sem curso superior atuando principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino também aparece como um problema crítico; além da nucleação das escolas, que desarticulou as escolas rurais e aumentou o gasto com transporte escolar (Fundação João Pinheiro, 2017).

Riani e colaboradores (2019) realizaram uma análise do panorama da educação nos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, entre 2010 e 2014. Os autores utilizaram dados de cobertura e de acesso aos sistemas de ensino, fluxo, aprendizagem, condições de trabalho dos professores, além dos níveis de analfabetismo e instrução da população adulta, bem como a qualificação profissional da população local, medida por meio da educação superior e do ensino profissionalizante. Os principais problemas detectados foram: baixo atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos; não cumprimento da meta do PNE (2014-2024) de 100% das crianças de 4 e 5 anos na escola até final de 2016, principalmente nas áreas rurais; retenção dos alunos nos anos finais do ensino fundamental; baixa escolaridade da população adulta; altas taxas de analfabetismo, mesmo entre os jovens; baixa qualidade da educação, principalmente nos anos finais do fundamental e ensino médio; baixa capacitação do corpo docente, seja capacitação formal ou continuada; alta rotatividade dos professores; necessidade de implantação e expansão de cursos técnicos; e maior articulação entre a região e as instituições de ensino superior.

Nesse sentido, Oliveira Filho (2021) destaca que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, situado no município de Araçuaí, tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico da região, buscando reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais em sua área de abrangência. A criação e a interiorização dos Institutos Federais

representam a possibilidade de um maior número de indivíduos terem acesso ao Ensino Médio através de cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes, além de cursos de nível superior e pós-graduação, bem como, cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade. A criação e interiorização dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, teve por objetivo ampliar as possibilidades do acesso ao ensino de qualidade, elevar os índices educacionais e promover melhorias na vida da população, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Atualmente, o Vale do Jequitinhonha conta com três campi do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), sendo o Campus Araçuaí, o Campus Almenara e o Campus Diamantina. O IFNMG Campus Araçuaí foi criado em 19 de janeiro de 2010, pela Portaria MEC nº 111, de 29 de janeiro de 2010, publicada também em 01 de fevereiro de 2010 no Diário Oficial da União, autorizando seu funcionamento. Conta com cursos técnicos integrados ao ensino médio, como: Informática, Agrimensura, Agroecologia e Meio Ambiente. No nível concomitante e subsequente conta os cursos: Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, Técnico em Comércio e Técnico em Mineração. No nível subsequente conta com o curso: Técnico em Enfermagem. No nível Superior conta com os cursos: Engenharia Agrícola e Ambiental e Bacharelado em Administração. No nível Tecnológico conta com os cursos: Tecnologia e Gestão de Saúde, Tecnologia e Gestão Ambiental, bem como Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFNMG – Plano De Desenvolvimento Institucional 2014 a 2018; 2019 a 2023). O IFNMG Campus Araçuaí tem importante papel social no ensino, pesquisa e extensão na região.

### **Educação básica no médio Vale do Jequitinhonha**

Neste tópico analisa-se a situação da educação básica no município de Araçuaí, no Médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, entre 2017 e 2021. Assim, são consideradas as matrículas em todas as escolas e redes (públicas e privadas) da cidade, na educação infantil (que compreende creches e pré-escolas), no ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico profissionalizante e educação de jovens e adultos (EJA), conforme dados do Censo Escolar do INEP. Também são analisados os dados do Ensino Técnico Profissionalizante do IFNMG Campus Araçuaí, conforme dados do Censo Escolar e da Plataforma Nilo Peçanha. A primeira tabela mostra a quantidade de matrículas na

educação básica, abrangendo a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e EJA, considerando todas as redes de ensino, nos últimos cinco anos. Nota-se uma redução do número de matrículas na educação básica, em que no ano de 2017 contabilizaram-se dez mil e quarenta alunos matriculados e, no ano de 2021, sete mil trezentos e setenta e cinco matrículas, ou seja, uma queda de duas mil seiscentos e sessenta e cinco matrículas na educação básica, em cinco anos. É importante destacar que a pandemia de Covid-19 afetou praticamente todos os sistemas educacionais públicos e privados ao redor do mundo, levando ao fechamento generalizado de escolas entre os anos de 2020 e 2021. No Brasil, as aulas presenciais foram suspensas, por determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, colocando à prova o ensino remoto, as condições socioeconômicas dos alunos, seu background familiar, a insegurança alimentar, a violência doméstica, o trabalho infantil, a exclusão digital e outros fatores que culminaram no comprometimento do ano letivo, do fluxo, da aprendizagem, ou seja, abalando as trajetórias escolares, revelando as faces perversas das desigualdades perante o ensino, sobretudo, em uma região que carrega históricos problemas sociais, como o Vale do Jequitinhonha.

**Tabela 1 – Quantidade de matrículas na educação básica em Araçuaí de 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas na educação básica em Araçuaí</b>
2017	10040
2018	8797
2019	7869
2020	7817
2021	7375

Fonte: Censo Escolar INEP

Um ponto importante a ser observado é que de 2017 a 2021, a redução do número de matrículas na educação básica aconteceu no país como um todo, além da diminuição do número de escolas, conforme os dados do Censo Escolar apresentados na tabela 2. Assim, no território nacional houve uma queda na quantidade de matrículas na educação básica, fato que se agrava ao considerarmos as regiões interioranas do país, como no caso do município de Araçuaí.

**Tabela 2 – Quantidade de matrículas na educação básica e número de escolas no país de 2017-2021**

<b>Ano</b>	<b>Número de Matrículas</b>	<b>Número de escolas</b>
2017	48,6 milhões de matrículas	184,1 mil escolas de educação básica
2018	48,5 milhões de matrículas	181,9 mil escolas de educação básica
2019	47,9 milhões de matrículas	180,6 mil escolas de educação básica
2020	47,3 milhões de matrículas	179,5 mil escolas de educação básica
2021	46,7 milhões de matrículas	178,4 mil escolas de educação básica

Fonte: Censo Escolar INEP.

Na terceira tabela é possível observar que essa redução gradativa do número de matrículas ao longo dos últimos cinco anos no município de Araçuaí também aconteceu na Educação Infantil (considerando creche e pré-escola). Fato preocupante, uma vez que até 2014, a microrregião de Araçuaí (que abrange os municípios de Araçuaí, Berilo, Carai, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Virgem da Lapa) ainda não tinha alcançado 100% de cobertura para as crianças de 04 e 05 anos de idade, apresentando taxa de 61%. Além de atendimento precário, em locais inadequados, com dificuldade de transporte dos alunos da zona rural e sem professores com capacitação adequada (Riani et al, 2019). Dito isso, no ano de 2021, na cidade de Araçuaí, observa-se maior queda no número de matrículas nesta etapa de ensino, podendo ser um resultado negativo da pandemia de Covid-19, uma vez que as aulas presenciais ficaram suspensas neste período e muitas crianças deixaram de frequentar a escola. No Brasil, segundo dados do INEP, apesar do crescimento das matrículas na educação infantil entre 2017 e 2019 (crescimento de 5,5%), observa-se uma queda de 7,3% entre 2019 e 2021 (INEP, 2021). Na cidade de Araçuaí também se verificou essa tendência de redução das matrículas na educação infantil.

**Tabela 3 – Quantidade de matrículas na Educação Infantil em Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas Educação Infantil</b>
2017	1186
2018	1127
2019	1138
2020	1102
2021	970

Fonte: Censo Escolar INEP

Em relação ao ensino fundamental, considerando o primeiro e segundo ciclos, também foi observada uma pequena variação na quantidade de matrículas nos últimos cinco anos, bem como maior retração do número de matrículas, sobretudo em 2021, contexto em que foi implantado o ensino remoto, o qual muitas crianças e suas famílias não conseguiram acompanhar, o que também pode ter ocasionado à evasão escolar. Em Araçuaí, a taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos de idade era de 97,5%, segundo o Censo do IBGE (2010). Embora esta etapa de ensino esteja praticamente universalizada em todo território nacional, em 2021 foram registradas 26,5 milhões de matrículas no ensino fundamental, número menor do que o registrado para o ano de 2017, de 27.348.080 milhões de matrículas (INEP, 2021).

**Tabela 4 – Quantidade de matrículas no Ensino Fundamental em Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas Ensino Fundamental</b>
2017	4865
2018	4321
2019	4502
2020	4429
2021	4211

Fonte: Censo Escolar INEP

A tabela cinco apresenta os dados relacionados ao ensino médio, uma das etapas mais críticas da educação básica brasileira. As taxas de escolarização líquida do ensino médio indicam que o percentual de jovens frequentando esta etapa de ensino na faixa etária adequada ainda é baixa. Na região do Médio Jequitinhonha, em relação aos jovens de 15 a 17 anos, segundo Riani e colaboradores (2019), percebe-se que o atendimento no território é um pouco maior que no estado de Minas Gerais (87%), porém, no município de Araçuaí, apenas 50,9% dos jovens nesta faixa etária estavam frequentando o ensino médio em 2014. Desde 2017, a quantidade de matrículas no ensino médio na cidade de Araçuaí vem se reduzindo ano a ano. Um dado preocupante visto as baixas taxas de escolaridade na cidade e região. No contexto da pandemia de Covid-19, muitos jovens evadiram da escola, seja por não conseguir se adequar ao ensino remoto, seja pela necessidade de trabalhar para ajudar a família no contexto da crise sanitária e econômica. Além disso, muitos estudantes são reprovados ao longo do ensino fundamental, evadindo da escola e não conseguindo chegar ao ensino médio, embora nos últimos anos tenha

sido observada uma leve melhora nas taxas de distorção idade-série no país. No Brasil, em 2021, foram registradas 7,8 milhões de matrículas no ensino médio. O total apresentou uma elevação de 2,9% em comparação ao ano de 2020 (INEP, 2021). Na cidade de Araçuaí, observou-se tendência contrária, isto é, redução gradativa das matrículas nesta etapa de ensino, como pode ser visto na tabela 5.

**Tabela 5 – Quantidade de matrículas no Ensino Médio em Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas Ensino Médio</b>
2017	1919
2018	1837
2019	1622
2020	1626
2021	1594

Fonte: Censo Escolar INEP

A tabela 6 mostra a situação da Educação de Jovens e Adultos. Observa-se que entre 2017 e 2021, a quantidade de matrículas nesta modalidade de ensino reduziu pela metade. Sendo que o ano de 2021 apresentou redução mais expressiva. Um dado preocupante, considerando os baixos níveis educacionais da população brasileira como um todo, bem como as altas taxas de analfabetismo e distorção idade-série na cidade de Araçuaí e na região. De acordo com Riani et. al (2019), o Médio/Baixo Jequitinhonha registrou em 2010 uma taxa de analfabetismo de 23,9% entre pessoas com 15 anos de idade ou mais. Nesse território, o analfabetismo ainda é um problema a ser enfrentado em todos os municípios, já que, dos 35 municípios pertencentes ao Médio/Baixo Jequitinhonha, apenas três possuem taxa menor que 20%, sendo observado o menor percentual no município de Araçuaí (17,3%), que ainda é considerado um patamar alto de analfabetismo.

**Tabela 6 – Quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos em Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas EJA</b>
2017	681
2018	526
2019	298
2020	445
2021	326

Fonte: Censo Escolar INEP

A tabela 7 indica os dados de matrícula na Educação Profissional Técnica, modalidade profissionalizante que abrange cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio, bem como curso normal/magistério. Além da educação básica, a educação profissionalizante é importante, pois melhora as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e o aumento da renda. Os dados revelam a redução da quantidade de matrículas nesta modalidade de ensino nos últimos cinco anos. No ano de 2017 contabilizaram-se mil oitocentos e noventa e cinco matrículas, que foram se reduzindo ano a ano e, em 2021, contabilizaram-se setecentos e trinta e quatro alunos matriculados. Diversas pesquisas apontam que a população jovem tem apresentado dificuldades crescentes na inserção no mercado de trabalho, seja pela crise econômica, seja pela falta de qualificação. De acordo com Riani (2019), na região do Médio Jequitinhonha, observa-se maior concentração de matrículas em cursos técnicos profissionalizante nos municípios de Araçuaí (42,2%) e Almenara (29,7%), cidades que contam com campus do IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Riani et. al, 2019).

Até 2019, foi apontado o caráter excludente da oferta de educação profissional no Médio/Baixo Jequitinhonha, já que era realizada basicamente pelo IFNMG, cujos alunos passavam por provas seletivas (Riani et. al, 2019). Todavia, a partir do processo seletivo de 2020, a forma de ingresso nos cursos técnicos foi democratizada no Campus Araçuaí, passando a considerar as notas escolares pregressas. Assim, a seleção para os cursos técnicos integrados, além de ser totalmente gratuita, passou a considerar as notas do candidato ao longo do ensino fundamental, do 6º ao 8º ano, levando em conta as notas em quatro disciplinas escolares, conforme o curso pretendido. A seleção para os cursos concomitantes e subsequentes passou a ser realizada considerando as notas do 1º e 2º anos do ensino médio em quatro disciplinas escolares, conforme o curso pretendido (IFNMG, 2019). Contudo, o quadro de redução das matrículas no ensino profissionalizante no município de Araçuaí segue

na contramão da tendência nacional, segundo os dados do INEP (2021), que indicam que a matrícula integrada à educação profissional cresceu 31,2% nos últimos cinco anos, passando de 554.319 em 2017 para 726.991 em 2021.

**Tabela 7 – Quantidade de matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante em Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrícula Ensino Médio Técnico Araçuaí</b>
2017	1895
2018	1214
2019	812
2020	785
2021	734

Fonte: Censo Escolar INEP

Na tabela seguinte é analisada a quantidade de matrículas no ensino técnico profissionalizante no IFNMG Campus Araçuaí de 2017 a 2021, a maior instituição da cidade e região a oferecer cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente. Nota-se que a quantidade de alunos matriculados nos cursos técnicos caiu pela metade nos últimos cinco anos, contabilizando-se 1616 matrículas em 2017 e 574 matrículas em 2021. Esse quadro pode estar associado à redução dos gastos públicos em educação nos últimos anos, fruto das crises políticas, econômicas e de saúde pública, intensificadas no período referido.

**Tabela 8 – Quantidade de matrículas nos Cursos Técnicos do IFNMG Campus Araçuaí 2017 a 2021**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas no ensino médio técnico IFNMG Araçuaí</b>
2017	1616
2018	972
2019	689
2020	586
2021	574

Fonte: Censo Escolar INEP

Em relação às matrículas por sexo, um dado interessante a ser observado em relação às matrículas no IFNMG Campus Araçuaí é a predominância do sexo feminino, considerando que as matrículas do sexo feminino representaram mais que o dobro em relação ao sexo masculino em 2017, quase o dobro em 2018, mantendo-se predominante também nos anos seguintes, conforme pode ser observado na tabela 9. De acordo com Santos e Bernardino (2016), as transformações sociais, culturais e políticas na sociedade brasileira ao longo do século XX, possibilitaram que ocorresse a intensificação da escolarização feminina. Nesse sentido, nas últimas décadas, observa-se a reversão do hiato de gênero em todos os níveis da educação escolar. O hiato de gênero na educação acontece quando há diferenças sistemáticas nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres (Beltrão e Alves, 2009). Essas diferenças nos níveis educacionais entre o grupo feminino e masculino são decorrentes de um processo social mais amplo de produção e reprodução das desigualdades de gênero, em que as barreiras vivenciadas pelo grupo feminino em relação ao acesso à educação escolar foram duramente superadas ao longo dos anos. Assim, muitos estudos corroboram que meninas, brancas e alunos menos pobres apresentam maior probabilidade de acesso e permanência no sistema de ensino, bem como melhores resultados educacionais (Barbosa, 2009; Montalvão, 2011). Posto isso, no país, as matrículas na educação profissionalizante, segundo dados do INEP (2021), são compostas predominantemente por mulheres. Dito disso, torna-se necessário se atentar para a situação das crianças e adolescentes do sexo masculino que, em todos os níveis de ensino, são a maioria entre aqueles que estão fora da escola.

**Tabela 9 – Quantidade de matrículas no IFNMG Campus Araçuaí 2017 a 2021 por sexo**

<b>Matrículas por sexo IF</b>		
<b>Ano</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
2017	1181	435
2018	600	372
2019	393	296
2020	362	224
2021	368	206

Fonte: Censo Escolar INEP

Considerando a cor autodeclarada pelos alunos matriculados, observa-se que no IFNMG Campus Araçuaí, a maioria dos discentes se considera preto

e pardo. O IFNMG também recebeu ao longo dos últimos cinco anos matrículas de alunos indígenas, como se pode observar na tabela 10. Ressalta-se que o IFNMG adota o sistema de reserva de vagas, conforme previsto pela Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012, em que 50% das vagas em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, por curso e turno, são reservadas para estudantes vindos de escolas públicas e, entre esses, para candidatos de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

**Tabela 10 – Quantidade de matrículas nos cursos técnicos do IFNMG Campus Araçuaí 2017 a 2021 por cor autodeclarada**

<b>Matrículas no IFNMG Araçuaí por cor autodeclarada</b>					
<b>Ano</b>	<b>Branços</b>	<b>Pretos e Pardos</b>	<b>Indígenas</b>	<b>Amarelo</b>	<b>Total</b>
2017	285	1154	1	6	1446
2018	202	704	2	1	909
2019	150	524	3	4	681
2020	134	438	3	3	578
2021	124	435	3	2	564

Fonte: Censo Escolar INEP

Conforme mencionado, 50% das vagas dos cursos do IFNMG são reservadas conforme a Lei nº 12.711/2012. Os outros 50% são destinados à ampla concorrência (isto é, para pessoas que não se encaixam nas regras da Lei nº 12.711/2012). Dentro da ampla concorrência, 5% das vagas são reservadas para pessoas com deficiência e outros 5% para egressos de Escolas Famílias Agrícolas, que são escolas comunitárias geridas pela associação de moradores e sindicatos rurais. A metodologia das Escolas Famílias Agrícolas é a pedagogia da alternância, com calendário diferenciado, em que o estudante vivencia o tempo escola por um período e o tempo comunidade por outro período. A região do Médio Jequitinhonha conta com cinco unidades de Escolas Famílias Agrícolas, localizadas nos municípios de Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Itinga e Virgem da Lapa. Essas escolas, criadas por demanda e atuação propositiva de movimentos sociais da região, atuam nos anos finais dos ensinos fundamental e médio (Riani et. al, 2019).

Por fim, em relação ao perfil socioeconômico, considerando a renda familiar autodeclarada, percebe-se que a maioria dos alunos matriculados no IFNMG Campus Araçuaí recebe entre zero e dois salários mínimos e meio, indicando que o Instituto atende, sobretudo, alunos das camadas populares.

**Tabela 11 – Quantidade de matrículas no IFNMG Campus Araçuaí 2017 a 2021 por renda familiar**

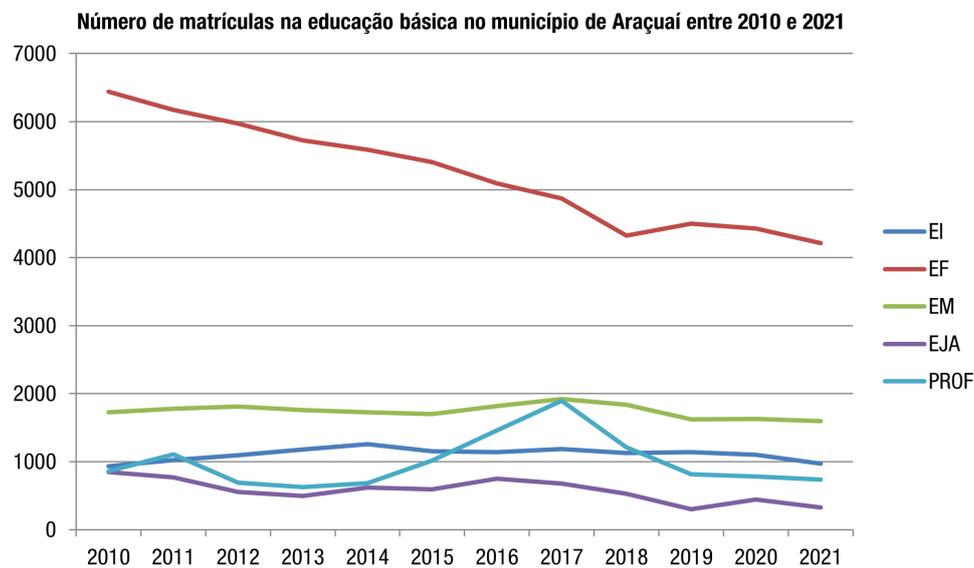
<b>Renda Familiar</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>0&lt;RFP&lt;1</b>	308	268	153	169	272
<b>1&lt;RFP&lt;=2,5</b>	208	267	261	267	294
<b>2,5&lt;RFP&gt;=3,5</b>	27	50	49	42	66

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Nesse sentido, destaca-se a importância da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, que visa garantir aos estudantes em vulnerabilidade social, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o êxito no percurso escolar, através de auxílios financeiros, segurança alimentar, inclusão digital, apoio psicológico e para pessoas com necessidades especiais, dentre outros, indispensáveis ao sucesso escolar. No entanto, os recursos para a assistência estudantil estão se tornando cada vez mais escassos nos últimos cinco anos, dados os cortes orçamentários na educação pública, feitos pelo Governo Federal, intensificando a evasão escolar. Posto isso, em relação ao perfil das matrículas no IFNMG, principal instituição pública federal que oferece cursos técnicos profissionalizantes na cidade e região, pode-se dizer que, em geral, é composta por alunos autodeclarados pretos e pardos, do sexo feminino, que tem renda familiar menor que dois salários mínimos e meio. Ou seja, sujeitos reféns de uma desigualdade social histórica, reafirmada ao longo dos anos, sobretudo em um território desprivilegiado em relação às políticas públicas sociais.

Voltando à questão do número de matrículas na educação básica no município de Araçuaí, a título de comparação e reflexão, apresenta-se no gráfico 1 a evolução das matrículas considerando os últimos onze anos, isto é, de 2010 a 2021, visando um panorama geral da segunda década do século XXI:

**Gráfico 1 – Matrículas na educação básica no município de Araçuaí entre 2010 e 2021**



Fonte: Censo Escolar INEP

Ao considerarmos a última década (2010-2021), de acordo com os dados do Censo Escolar, em relação à Educação Infantil (EI), percebe-se que, entre 2010 a 2014, o município de Araçuaí teve um aumento gradual do número de matrículas nesta etapa de ensino, apesar de não ter atingido a cobertura total de crianças em idade apropriada (Riani et al, 2019). Já entre os anos de 2015 a 2020 nota-se uma leve oscilação para mais e para menos na quantidade de matrículas nesta etapa de ensino, com maior redução no ano de 2021, contexto da Pandemia de Covid-19. Já o Ensino Fundamental (EF) apresentou queda na quantidade de matrículas entre 2010 e 2021, fato que também acompanha a diminuição nas taxas nacionais de natalidade.

No que tange ao Ensino Médio (EM), nota-se uma leve oscilação do número de matrículas para mais e para menos ao longo do período observado (2010-2021), porém a redução maior acontece entre 2019 e 2021. Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que no ano de 2010 contabilizava 851 alunos matriculados, demonstrou uma queda da quantidade de matrículas entre 2011 e 2013, oscilando para mais e para menos entre 2014 e 2018, com redução acentuada entre 2019 (que foram contabilizadas 298 matrículas) e 2021. A Educação Profissionalizante (PROF) sinalizou um aumento mais significativo do número de matrículas entre 2015 e 2018, também apresentando queda entre 2019 e 2021.

Posto isso, ao consideramos a evolução das matrículas na educação básica no município de Araçuaí nos últimos onze anos (2010-2021), é possível perceber a oscilação do número de matrículas para mais e para menos, em todas as etapas da educação básica, com tendência à diminuição. Porém, entre os anos de 2019 e 2021, contexto de intensificação das crises políticas, econômicas e sanitárias, observou-se, principalmente, a redução do número de matrículas no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Técnico Profissionalizante. Nesse contexto, entre 2017 e 2021, a Reforma do Ensino Médio, que nega às camadas populares o acesso ao conhecimento propedêutico, oferecendo itinerários formativos fragmentados e a formação profissionalizante precária, somados aos demais problemas desta etapa de ensino, como os altos índices de reprovação e evasão; a intensificação da crise econômica, o aumento da inflação, do desemprego e do subemprego, que são obstáculos aos jovens e adultos que buscam a escolarização tardia, pois a prioridade é a sobrevivência; a desilusão daqueles que vislumbraram melhores oportunidades por meio do ensino profissionalizante; além de todas as mazelas da pandemia; podem ter sido cruciais para redução do número de matrículas no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Técnico Profissionalizante no município de Araçuaí.

Assim, através desta breve análise foi possível perceber que a expansão educacional na cidade de Araçuaí está relativamente estagnada entre 2017 e 2021, com decréscimo na quantidade de matrículas em todos os níveis da educação básica, ao contrário do que é proposto nas metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), por exemplo: universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; universalizar o ensino fundamental com nove anos de duração para toda a população de 6 a 14 anos de idade; universalizar o atendimento escolar no ensino médio para toda a população de 15 a 17 anos; elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais; triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. Logo, no município de Araçuaí, segundo os dados analisados, ao invés da elevação do número de matrículas rumo à universalização, assistimos a retração em todas as modalidades da educação básica. Diante disso, a luta pelo acesso, permanência e conclusão na educação básica, com qualidade, permanece como um grande desafio para o território do Jequitinhonha.

### **Considerações finais**

Este trabalho buscou examinar a situação das matrículas na educação básica no município de Araçuaí, no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais,

entre os anos de 2017 a 2021. Conforme mencionado, este período é marcado pela intensificação das crises políticas, econômicas e sanitárias no país. Para tanto, examinou dados do Censo Escolar do INEP e dados da Plataforma Nilo Peçanha. Diante dos resultados, percebe-se que, apesar dos esforços do poder público visando à expansão e democratização da educação básica na primeira década do século XXI, ao final da segunda década, sobretudo no período observado, assistimos a um desmonte de políticas públicas de democratização da educação e uma redução do número de matrículas no contexto analisado, em direção contrária às metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Desse modo, se, na primeira década do século XXI, tivemos uma forte expansão educacional, tanto na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino técnico profissionalizante, e mesmo no ensino superior, como informado pelos dados estatísticos oficiais do país. Fato fortalecido pela criação de programas específicos direcionados a essas modalidades de ensino, por exemplo, a construção de creches, a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, a redução da idade de ingresso no ensino fundamental para seis anos, a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a criação de programas de transferência de renda com condicionais em relação à escola, como o Bolsa Família, programas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida, entre outros. Ao final da segunda década deste século, assistimos uma desaceleração das políticas de expansão educacional, em um cenário de instabilidade política, econômica e sanitária, que reflete severamente no interior do país, como no caso de Araçuaí no Vale do Jequitinhonha/MG. Dito isso, reitera-se a importância de ampliar esta análise para outros municípios, estados e para o país como um todo, visando compreender a situação atual das oportunidades educacionais e suas desigualdades.

### **Retrato do autor**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Professora no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais cidade de Araçuaí, Minas Gerais, Brasil.

## Referências

Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2º ed. Rio de Janeiro: Graal.

Andrade, L. T., Silveira, L. S. (2014). Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 13(2) p. 381-402.

Ansani, C. V. (2016). Educação do Campo no Vale do Jequitinhonha: um olhar sobre o PROCAMPO. (*Dissertação Mestrado Profissional*). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

Barbosa, M. L. O. (2009). *Desigualdade e Desempenho*: Uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm.

Beltrão, K. I. & Alves, J. E. D. (2013). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), p.125-156.

Bernasconi, M. S., Golovanevsky, L. A. & Romero, M. A. (2019). Desigualdad y desarrollo: Multidimensionalidad y heterogeneidad estructural. *Laboratório*, 29, p 15-35.

Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1970). *La Reproduction* – Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Ed. Minuit.

Bourdieu, P. (2008). Efeitos do Lugar. In: Bourdieu, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, p. 159-175.

Bowles, S. & Gintis, H. (1976). *Schooling in Capitalist America*. New York: Ed. Basic Books.

Brasil (2014). Ministério da Educação. *Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE).

Brasil (2021). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica*.

Coleman, J. S. et al. (1966). *Report on Equality of Educational Opportunity*. Washington: National Center For Educational Statistics.

Costa, M., & Koslinkski, M. C. (2012). Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. *Pro-Posições*. Campinas, 23(2), p. 195-213.

Dayrell, C. A. (2011). Rebeldia nos Sertões. In: *Agriculturas*, 8(4), p. 9-14.

Dourado; L. F.& Oliveira, J. F. (2009). A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cadernos Cedes*, Campinas, 29(78), p. 201-215.

Érnica, M., & Batista, M. A. G. (2012). A Escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), p. 640-666.

Fernandes, B. M. (2008). Entrando nos territórios do território. In: Paulino, E. T., & Fabrini, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302.

Ferretti, C. J. (2018). A Reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, 32 (93), p. 25-42.

Frigotto, G. (2021). Sociedade e educação no Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento e Civilização* (2)2.

Fundação João Pinheiro (2017). *Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha*: educação, saúde, assistência social, cultura e segurança pública, 4.

Giroto, E. D. & Oliveira, J. V. P. (2021). Escola, território e desigualdade: Ampliando perspectivas teóricas e agendas de pesquisa. *Revista da ANPE-GE*, 17(32) p. 49-64.

Haesbaert, R. (1999). *Identidades Territoriais*. In: Rosendahl, Z, & Corrêa, R. L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 169-190.

Halsey A. H., Floud, J. & Anderson. C. (Eds.). (1961). *Education, economy and society: a reader in the sociology of education*. London: Collier Macmillan Limited.

Halsey A. H., Lauder, H., Brown, P. & Wells, A. S. (Eds.). (1997). *Education: culture, economy and society*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Hasenbalg, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. (2003). In: Hasenbalg, C. & Silva, N. V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Top Books, p.147- 172.

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2018*. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/pdi>

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 a 2023*. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/pdi>

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. *Políticas de Assistência Estudantil*. Disponível em [https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-aracuai/apresentacao\\_](https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-aracuai/apresentacao_)

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. *Processo Seletivo Diferenciado*. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/noticias-ara/noticias-2019/22678-campus-aracuai-segue-com-inscricoes-abertas-para-processo-seletivo-diferenciado>.

Koslinski, M. C. & Alves, F. (2012). Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela asfalto no contexto carioca. *Educação e Sociedade*, 33(120), p. 805-831.

Mont'Alvão, A. (2011). Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 54(2), p. 389-430.

Neubert, L. F. (2014). Expansão educacional e desigualdade de raça no Brasil. *Educação em Foco*, 18(3), p.117-146.

Nogueira, M. A.(1990). A sociologia da educação do final dos anos 60 / início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto* 9(46), p. 49-58.

Oliveira Filho, E. R.(2021). A importância social do Campus Araçuaí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais para a região de abrangência. *ReviVale* 1(1).

Pierucci, L. A. M, Franzini, J. & Lima, J. B. Q.(2018). O contexto social e educacional nas veredas do Vale do Jequitinhonha. *Revista Vozes dos Vales*, 13, p. 1-23.

Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática.

Riani, J. L. R., Saraiva, A. L., Soares, H. T. M., Franceschini, V. L. C. & Evangelista, S. S. (2019). Educação no Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha: panorama geral e propostas de ações. In: *18º Seminário de Diamantina*. Anais do 18º Seminário de Diamantina.

Ribeiro, C. A. C. (2003). *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC.

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Silvestre, L. H. A., Calixto, J. S., Assis, T. P., & Ayres, E. B. (2007). Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45, p. 1075-1102.

Ribeiro, L. C. Q., & Koslinkski, M. C. (2009). Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. *Revista EURE*, 35(106), p. 101-129.

Ribeiro, V. M., & Vóvio, C. L. (2017). Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. *Educar em Revista*, Curitiba, n. Especial (2).

Santos, L. A., Baccega, M. V. A. & Mateus, Y. G. A. S. (2021). *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. São Luís: EDUFMA.

Santos, M. (1996) *A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1999). O Dinheiro e o Território. *Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia*, Rio de Janeiro, 1(1), p. 7-13.

Saquet, M. A. (2010) *Abordagens e concepções de território*. São Paulo. Editora Expressão Popular.

Silva, P. A. S. (2015). Território: abordagens e concepções. *Boletim DATALUTA*, (96) 2015.

Tavares Jr., F. (2003) Desigualdade Social e Expansão Educacional no Brasil. In: *XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Campinas, 2003. Anais.

Tavares Jr., F., Feres, F. L. C. & Freguglia, R. S. (2014). A Produção da Exclusão Educacional no Brasil. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, 18(3) p. 51-81.

Torres, H. G., Ferreira, M. P., & Gomes, S. (2005). Educação e segregação social: explorando as relações de vizinhança. In: Marques, E. & Torres, H.G. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade*. São Paulo: Editora do SENAC, p. 123-142.